

PERGUNTANDO A UM INTERNACIONALISTA SOBRE O TERRORISMO: INDAGAÇÃO CRÍTICA A PROPÓSITO DE UM ARTIGO DE BRUNO CARDOSO REIS

António Horta Fernandes

Num recente artigo publicado na revista *Nação e Defesa*, nº 143, dedicado ao terrorismo transnacional, intitulado "Terrorismo Transnacional e a Ameaça ao Flanco Sul da NATO: o caso do Daesh", o professor Bruno Cardoso Reis espelha muito bem as capacidades informativas, analíticas e empíricas dos internacionalistas de alta qualidade, a que, no caso, se associa a vertente historiográfica, a dos *War Studies* e igualmente a da Estratégia, todas desenvolvidas com exemplar qualificação e notável probidade. Na realidade, o presente artigo espelha também a forma como as mentes mais lúcidas neste campo podem ser apanhadas no que parece ser um corrupio de dados e logo um menor tempo para se deter com cuidado na fundamentação, de modo a fazer justiça às qualidades antes evidenciadas.

P 2

TERRORISMO: COMO O DEFINIR?

Bruno Cardoso Reis

O professor António Horta Fernandes prestou-me o grande cumprimento de considerar dignas de discussão as minhas ideias a respeito de um tema tão importante e controverso como é o caso do terrorismo.

Dito isto, é, no entanto, importante deixar claro desde já que me parece difícil chegar a acordo quanto a este conceito. Desde logo porque Horta Fernandes analisa a questão com base numa abordagem normativa, mais de pendor moralista, que não é a que me interessa adotar. Nomeadamente a ideia de que o terrorismo é o mal, para citar o autor, é de louvar pela clareza, mas não me parece adiantar muito à análise da questão, e quase por definição leva a fechá-la. Significaria também adotar uma postura necessariamente muito subjetiva ao tema. Pois é a violência com a qual não concordamos a priori que tende a ser classificada como maligna. Que o terrorismo é ilegal, que frequente e necessariamente viola as leis da guerra, ninguém contesta, mas este aspeto, que aliás incluo na minha definição, interessa-me sobretudo para perceber por que é assim.

P 8

PERGUNTANDO A UM INTERNACIONALISTA SOBRE O TERRORISMO: INDAGAÇÃO CRÍTICA A PROPÓSITO DE UM ARTIGO DE BRUNO CARDOSO REIS

António Horta Fernandes

Docente do Departamento de Estudos Políticos
da FCSH. Estrategista.

Introdução

Num recente artigo publicado na revista *Nação e Defesa*, nº 143, dedicado ao terrorismo transnacional, intitulado “Terrorismo Transnacional e a Ameaça ao Flanco Sul da NATO: o caso do Daesh”, o professor Bruno Cardoso Reis espelha muito bem as capacidades informativas, analíticas e empíricas dos internacionalistas de alta qualidade, a que, no caso, se associa a vertente historiográfica, a dos *War Studies* e igualmente a da Estratégia, todas desenvolvidas com exemplar qualificação e notável probidade. Na realidade, o presente artigo espelha também a forma como as mentes mais lúcidas neste campo podem ser apanhadas no que parece ser um corrupio de dados e logo um menor tempo para se deter com cuidado na fundamentação, de modo a fazer justiça às qualidades antes evidenciadas¹. Assim sendo, concentrar-nos-emos nos alicerces teóricos subjacentes à proposta reflexiva sobre o terrorismo transnacional desenvolvida pelo seu autor.

Bruno Cardoso Reis começa por referir que, apesar do elevado número de definições de terrorismo, urge trabalhar com clareza conceptual (p. 44 do artigo supracitado). Presume-se, obviamente, que se refere à clareza resultante de uma análise aprofundada e não a qualquer conceptualização pragmática, porquanto a escora de um qualquer conceito útil para o apoio

à decisão e à ação exige, a montante, uma rigorosa escalpelização dos fenómenos, sob pena das construções subsequentes irem eivadas de erros, com prejuízo manifesto na decisão e na ação; prejuízo esse, no caso do terrorismo, medido, se assim se pode dizer, em vidas humanas, irrepetíveis e, por conseguinte, inalcançáveis a uma segunda experimentação.

Pois bem, não parece ser essa mesma clareza conceptual a emergir da definição aceite por Bruno Cardoso Reis, segundo a qual o terrorismo é uma tática de guerra psicológica, no quadro mais geral das insurreições armadas. Em rigor, essa é só a conclusão de Bruno Cardoso Reis, porque imediatamente antes refere que “os esforços de definição mais pertinentes do conceito de terrorismo descrevem-no como um conjunto de táticas de ação armada, essencialmente assentes no recurso a ataques surpresa por uma organização clandestina que desafia violentamente a legitimidade dos Estados alvos e as normas internacionais do conflito armado, nomeadamente a que proíbe o ataque deliberado a alvos civis” (Idem, p. 44).

Pondo agora de lado a constatação de que considerando as guerras do século XX, com a capacidade (efetivada) de projetar força sobre as retaguardas civis inimigas, estaríamos diante de um contínuo terrorista, conclusão absurda, está bom de ver que o autor insere o terrorismo

no quadro dos conflitos armados, da guerra, portanto – deixamos de lado a distinção ociosa entre guerra e conflito armado. Seria então natural interrogarmo-nos se os fundamentos do terrorismo e da guerra são os mesmos, isto é, se a violência que perpassa pelos atos de guerra e de terrorismo merece ser qualificada da mesma maneira. No fundo, perguntamo-nos se ambos os tipos de violência são políticos. A violência bélica é-o a partir da Idade Moderna, mas mesmo antes a guerra é conduzida por atores políticos, procurando através do conflito bélico repor a ordem que pretendem traduzir, a verdadeira ordem política, maculada por qualquer força considerada inaudita, logo externa à política. Quer isto dizer que tanto nos tempos modernos como pré-modernos, a guerra serve finalidades e objetivos políticos, embora só a partir dos tempos modernos as finalidades e objetivos inerentes à própria guerra passem a ser políticos *tout court*². A mudança é imensa. Porém, para os presentes propósitos, importa é averiguar se o terrorismo tem alguma coisa a ver com a política, para além de atravessar o terreno desta e desafiar os atores políticos. Importa então saber se os agentes terroristas são atores políticos, ou acaso se limitam à dogmática violenta pré-política, cobrindo com uma determinada ganga retórica a sua indigência política, ou melhor, a ausência de politicidade. Intentámos responder neste segundo sentido, num artigo já com alguns anos, o qual, julgamos, não foi confutado pela aparição de novos grupos de terrorismo transnacional³.

No entanto, e seja qual for a resposta, o autor nunca se interroga sobre a bondade da associação da guerra e do terrorismo em termos conceptuais, antes a subentende como boa. Quando é exatamente essa bondade a constelação por esclarecer.

Mas Bruno Cardoso Reis diz mais. Afirma que o terrorismo é um tipo de guerra psicológica,

a arma típica dos fracos face ao forte (Idem, p. 45). Desde logo, a esta segunda parte da afirmação sempre valeria a Bruno Cardoso Reis atender a Michael Walzer, um autor também ele incomodado com a pretensa politicidade do terrorismo, quando ao elencar as escusas dos terroristas para o serem mostra que quando os terroristas invocam a debilidade do fraco contra o Estado forte, nada mais sendo possível a não ser o terrorismo, não ressaltam senão a sua debilidade em representar os débeis, dos quais não recebem respaldo, nem poderão receber, porque as suas ações impossibilitam qualquer tipo de respaldo⁴. Todavia, o problema maior nem está nesta parte, está na imprecisão técnica sobre o conceito de guerra psicológica e concomitante estratégia psicológica.

Bruno Cardoso Reis sublinha ser a guerra psicológica a concretização do efeito propagandístico, mediático e moral – psicológico, num senso amplo – sobre as mentes adversas mediante o ato armado violento. Contudo, nada disto é guerra psicológica. A guerra psicológica é uma forma de coação violenta que se manifesta “de cabo-a-rabo” enquanto ação psicológica, da mesma forma que a guerra económica, em sentido substantivo e próprio, não é a destruição armada de alvos económicos. Quicá a confusão advenha de um excesso de literatura estratégia de matriz anglo-saxónica, a qual ainda encara a estratégia e a guerra como tendo a ver principalmente com luta armada, apesar de poder supletivamente usar outras modalidades de luta, aquilo a que o malogrado Lucien Poirier apelidava, erroneamente, de formas de infra-guerra⁵.

Ora, seja atacando, em termos materiais, o centro de gravidade da força, seja agindo sobre as suas bases, seja fazendo incidir o peso sobre a moral do oponente, em nenhum destes casos o ato armado violento deixa de ser “guerra militar” em sentido próprio – esquecendo, por

momentos, apenas para efeitos erísticos que está por provar ser o terrorismo uma forma de guerra. Poderia objetar-se que nas primícias do tempo contemporâneo de um conceito de guerra estendido a todos os azimutes, os estrategas e os estrategistas dificilmente podiam ponderar modalidades efetivas de guerra distintas da militar a não ser desviando a ação armada das suas funções mais clássicas – o bloqueio económico à Alemanha na Grande Guerra, muito por via das forças navais, é um bom exemplo, embora também aí o essencial estava em estrangular a capacidade combativa do exército alemão, só que não na frente. Todavia, Bruno Cardoso Reis fala em terrorismo dos nossos dias e não de há cem anos.

Seguidamente, o autor fala em conflitos híbridos. E se bem que manifeste (e bem) a sua reserva face ao conceito, não deixa de o operacionalizar. Na realidade, a ideia de conflito híbrido nasce, ao nosso ver, da grelha analítica matricial anglo-saxónica ser demasiada rígida. De imediato rígida ao julgar, tão-só ao nível da luta armada e da estratégia militar que a coabitação de forças e operações convencionais e de forças irregulares pudesse alguma vez servir como critério de demarcação de qualquer tipologia de guerra, pressupondo que a guerra, lá no fundo, no seu senso mais puro dissesse respeito à manobra em função da batalha, mediante forças formalizadas pertencentes a atores estatais ou quase estatais⁶. Rígida também para perceber distintas formas de guerra e de estratégia em ação coordenada, algo facilmente identificável pelo conceito de estratégia integral. Rígida ainda para compreender o que está em causa nas guerras subversivas, onde se confrontam as diversas modalidades de guerra e de estratégia concatenadas de forma subtil, mas também onde pode despontar uma espécie de guerra total, não obstante o esforço de morigerar o conflito através de utilização de estratégias

indiretas. É que a complexidade do conflito hostil, como já intentámos mostrar noutro lugar, pode gerar essa mesma ascensão e descontrolo da violência⁷. Ainda assim, isso pode acontecer não tanto por obra da violência armada mas pelo arrasto inerente à lassidão da manobra das restantes estratégias e formas de coação, ainda quando as forças de contrassubversão tenham necessariamente de contrariar a manobra de lassidão intencional das forças subversivas. Há um tempo de resposta, por mais célere que se deseje, que não se coaduna com a pressa, nem com uma explosão capaz de tudo abafar satisfatoriamente, por mais que se consigam obter das estratégias indiretas novos efeitos eficazes, permitindo consumir menos tempo e implicando menor desgaste; se não for abafada logo no início, a subversão penetra no fundo mais inercial das mentes e dos corações, não desalojável com contra-penetrações rápidas⁸.

De resto, mesmo noutros conflitos bélicos não subversivos, o caso da guerra fria entre superpotências, o jogo foi imensamente diferente do emprego de forças armadas convencionais e da batalha em campo aberto, inclusive afastou-se do nível da estratégia operacional para se jogar nos níveis estrutural, genético, e sobretudo, declaratório. Para já não mencionar as estratégias inversas, com as suas distintas maneiras de dosear a hostilidade por anti-hostilidade de meios e, nalguns casos, de fins, pensando na estratégia nuclear dissuasiva, em registo puramente defensivo e de interdição.

Devemo-nos perguntar, por fim, a quem serviria o terrorismo numa guerra subversiva, mesmo aceitando a mescla de uma inexplicada hibridez. Referimo-nos, claro está, não a atos isolados qualificáveis como atos terroristas, mas à atuação sistemática nesse sentido, com consistência fenoménica específica, com o seu *core business*, digamos assim, seja ele qual for. Infelizmente,

neste ponto concreto, Bruno Cardoso Reis tanto fala no terrorismo como um conjunto de táticas, como a seguir o descreve como uma forma consolidada de guerra psicológica, o que equivale a outro escalão tanto de análise quanto de ação, chega depois a sentenciá-lo como forma de conflito armado estruturalmente assimétrico (Idem, p. 53)⁹, não deixando de o assumir ainda – nem poderia deixar de o fazer sem retirar substantividade ao artigo no contexto do número temático da revista – enquanto fenómeno com uma singularidade relativa – nada mais típico da confusão conceptual que assola a grelha analítica das Relações Internacionais.

Seja como for, e voltando à pergunta, se o objetivo inicial da guerra subversiva é a conquista da população e não o derrube pela força do adversário armado em si mesmo, a quem serve o terrorismo? Certamente seria contraproducente. Significa isto que quem o faz enceta uma manobra cega? E se o terrorismo for apenas um procedimento armado de combate à luta armada propriamente dita do adversário, porque razão são tão grandes as suas repercussões? Mais, se for tecnicamente só isso, como é que pode ser um fenómeno, ou com maior rigor, uma tipologia fenoménica, uma fenomenologia da luta armada específica? Tudo isto é essencial, mas em nada o autor nos esclarece, não obstante sublinhar que a clarificação é de lei.

Tornando à dimensão fontal do terrorismo, uma vez que está em causa a possibilidade de ser uma forma de guerra, por via da política, e não sendo de todo uma forma de guerra psicológica, como se acabou de observar; em suma, estando em causa as fundações do terrorismo, quando à partida pareciam consabidas, não é por acaso que atrás usámos o verbo incomodar em relação a Michael Walzer. Bruno Cardoso Reis pega neste assunto ao dizer que o conceito de terrorismo tem, além de uma denotação

descritiva, uma conotação negativa, moralmente falando, perfeitamente ensimesmada (Idem, pp. 44-45). Infelizmente, o autor não se detém no porquê. Quando estaríamos claramente diante de uma pista importante. É que se o terrorismo for essa dogmática violenta pré-política, a violência mergulhada nos seus próprios objetivos de forma intencional – diferença adicional para com a guerra absoluta –, e sendo a política a arte da construção, então as desculpas do terrorismo não inviabilizam a postura moral, antes a reforçam, porque a política é arte de pôr em comum palavras e atos, a arte da edificação e da gestão das alternativas; gestão essa posta em causa pelos totalitarismos, é certo, mas que por muito que sejam piores (e são-no) do que o terrorismo, não são da mesma índole.

Tudo isto supõe uma escolha ética do bem viver, para e com os outros, no seio de instituições políticas justas, nos antípodas da pura violência¹⁰. Nesse sentido, não é por acaso que falamos sempre com cuidado de agentes terroristas e não de atores terroristas. Porque, caso o terrorismo seja da índole que descrevemos, então não há lugar à classificação de ator, porquanto este, por definição, desempenha sempre um papel construtivo – conservador, revolucionário, reformista, messianista, o que for – na cena interna, internacional e transnacional.

De qualquer forma, mesmo supondo que haveria um lugar atorial para o terrorismo, jamais se poderia falar em terrorismo de Estado e considerar o Daesh, como o considera Bruno Cardoso Reis, como um grupo de super-terrorismo transnacional e ao mesmo tempo um proto-Estado revolucionário (Idem, p. 47). No caso de não haver colocação atorial para o terrorismo está bom de ver que plasmando o Estado a comunidade política – supondo agora essa simplificação, por motivos erísticos, na realidade destruída pela soberania contra a própria comunidade

política –, correspondendo por inerência ao ato edificativo, qualificar um Estado simultaneamente e na sua “essência”, para dizê-lo de algum modo, como Estado e como terrorista, seria uma contradição nos termos. Mas mesmo havendo algum lugar existencial na política para acolher o terrorismo, o problema mantém-se, porque se o propósito do grupo terrorista é predominantemente reativo (só a condição ontológica e existencial do ser reativo deveriam dar que pensar), o uso da violência muito enraizado, falando inclusive Bruno Cardoso Reis em *grupo super-terrorista*, existe uma clara diferença para com um Estado ou um proto-Estado sempre já virados, no essencial, ao esforço de edificação¹. São dois aspetos antagónicos que não podem coalescer enquanto tais. Naturalmente, nada obsta a que um grupo terrorista deixe de o ser, ou que a uma estrutura política, mais difícil, acabe por se afundar numa dinâmica de violência qua violência, enquanto forma de vida. Pensando especificamente no Daesh, comprovando-se ser efetivamente um grupo terrorista, e verificando-se boa a hipótese de o terrorismo não ser senão uma expressão da violência que se alimenta de si mesma, de ter como objetivo a violência pela violência, a reatividade armada para produzir terror, sejam quais forem as fontes de inspiração e as causas psicossociais por detrás de motivações tão aparentemente desalmadas; verificando-se, portanto, ser o terrorismo uma das faces do Mal no nosso tempo (e por aqui há muito caminho metodológico e reflexivo a percorrer), a sua ação semelhante à de uma força armada mais ou menos convencional não nos deve confundir. É certo que ter à sua disposição meios ausentes noutros grupos terroristas e levar a cabo ações armadas com conquista de território pode – por transvaze semiconsciente das regras operativas da guerra – ajudar a inverter a desvirtuação do próprio

cerne do terrorismo, sem que fosse esse o objetivo inicial. Da mesma maneira, o combate militar em larga escala ao terrorismo, como de uma operação clássica de guerra se tratasse, também ele pode ser contaminado pela lógica do fenómeno que combate. Quer dizer, a lógica, o *des-sentido* do terrorismo pode infiltrar-se nas operações militares que o combatem, adulterar o esforço de combate, e o que é mais, introduzir sementes perversas capazes de germinar na constituição de sentido do próprio aparelho militar e no uso político da guerra. Desafortunadamente, sobre estes assuntos Bruno Cardoso Reis, pese embora espelhe uma realidade de investigação mais vasta, em nada nos aclara, e, por consequência, muito pouco nos conforta. Em último lugar, gostaríamos de assinalar uma ausência significativa no texto de Bruno Cardoso Reis. O autor enfatiza de forma justa e comedida o perigo que o terrorismo transnacional representa para o Ocidente, em particular para o flanco Sul da Europa, chegando a mencionar a capacidade cada vez maior de recrutamento estrangeiro, isto é, recrutamento nos próprios países ocidentais por parte do Daesh e de outros grupos, mas nada mais acrescenta. Nada refere sobre a propensão cada vez maior de cidadãos de origem ocidental, ou a residirem no ocidente europeu, para se radicalizarem, em muitos casos cooptados pelas redes do Daesh, noutros, de algum modo perfilhando o seu suposto ideário, ou simpatizando com ele, noutros ainda, vendo nele um vago veículo de escape para justificar o processo de radicalização, de qualquer modo, por contágio mediático ou não, encontrando no terrorismo uma trip alternativa e narcísica à medida da vacuidade das suas vidas, como resposta a sucessivas crises que fazem deles perdedores radicais, ou simplesmente respondendo a mais um embrulho

colorido do *zeitgeist* presente. Gostávamos de poder escutar Bruno Cardoso Reis sobre isto, até porque não é sequer terreno virgem, já havendo pensamento a permitir uma diferente abordagem².

Notas

¹É bem verdade que esta pressão, por via da necessidade de preencher índices bibliométricos em termos de produtividade científica, afeta hoje a comunidade científica em geral. Daí ter nascido já um movimento denominado *slow science*. Aliás, deveríamos estranhar de imediato a combinação de produtividade e ciência, provavelmente um oximoro; a prazo, um oximoro porventura fatal. Contudo, este problema nas Relações Internacionais é anterior à moda da produtividade científica. Estamos em crer que tais limitações se ficam a dever à ata de nascimento da própria ciência das Relações Internacionais, demasiado presa ao apoio à decisão, bem como à prevalência de critérios empiristas estritos, quando não reducionistas.

²Publicaremos em breve um livro dedicado, em grande parte, a esta questão.

³Ver Fernandes (2010).

⁴Ver Walzer (2004).

⁵Ver Poirier (1991). O estrategista francês tinha uma visão mais alargada da estratégia do que da guerra, privilegiando os ramos da estratégia de objetivos positivos, intrinsecamente mais competitivos e pacíficos que propriamente violentos. Para Poirier a estratégia é uma metodologia extensível a todos os objetivos políticos em meio conflitual, num senso amplo, ocupando predominantemente o espaço do “comércio pacífico” e concorrencial entre os Estados, relegando quase por inteiro o militar para o esforço

de interdição. Como a estratégia integral opera num mundo onde se generalizou a violência, o estrategista francês vê-se obrigado reconhecer que a violência minou a “estratégias pacíficas”, mas sem ceder na restrição do campo objetual da guerra. Posteriormente, Poirier acaba por referir-se a uma estratégia integral de violência limitada mas sem que nunca soubéssemos, até à sua morte, se isso significava uma retratação efetiva ou não da sua anterior posição sobre quão extenso deveria ser o campo objetual da guerra. Ver Poirier (1992).

⁶Até que ponto, neste particular, o conceito de guerra híbrida não tem subjacente uma especial sensibilidade norte-americana no modo ver a guerra, propagada implicitamente a terceiros, mas sem que estes lhe alcancem os contornos de fundo é uma questão em aberto. Não está nada claro na bibliografia sobre o conceito, alguma citada por Bruno Cardoso Reis, se as forças de operações especiais e a suas missões não são também elas algo de híbrido. De resto, durante muitos anos a instituição militar norte-americana encarou com apreensão ter de acolher no seu seio forças mais próprias de guerras secretas e outras “guerras sujas” levadas a cabo forçosamente pelo poder político numa cena internacional considerada como uma arena selvática e anárquica. As forças armadas, mas não só elas, seriam assim herdeiras de uma tradição política e civilizacional de franqueza, de publicidade, de transparência, de “olhos nos olhos”, remontando aos *founding fathers*, a qual se tinha transposto – e se deveria continuar a transpor – para a guerra, tanto mais que a guerra era na modernidade uma questão de Estados e de exércitos fardados, devidamente politizada e controlada pela política. À objeção de que a guerra se politizou pela perigosa via soberana, não nos podemos esquecer de que a lógica soberana era coisa de que os fundadores

se gabavam de ter superado. Seja como for, se a presente hipótese estiver correta, no todo ou em parte, e mesmo considerada como boa a superação do soberanismo, não devemos olvidar ser a própria “natureza”, razão de existência, gramática singular, se quisermos, da guerra a resistir de raiz à moldagem pela transparência. Por conseguinte, todos os sistemas categoriais que partam dessa transparência são equívocos na base. Mas talvez o problema seja mais simples e se resume a um impensado nuclear, este sim franco: a menor atenção conceptual por via do pragmatismo – não nos referimos à corrente filosófica com o mesmo nome –, sempre pronto a fornecer conceitos para o imediato analítico, como tal sempre analiticamente mancos.

⁷Ver Fernandes (2014).

⁸Aludir à *petit guerre* como podendo trazer complicações, porque afinal podia não ser nada pequena no pós-Segunda Guerra Mundial, era algo que os fundadores da hodierna escola estratégica francesa já tinham intuído. Mas nada disto tem a ver com Beaufre ser precursor de um conceito tão fantasmal quanto equívoco, como é o de guerra híbrida. É até um pouco bizarro querer ver nos fundadores da moderna mecânica quântica os precursores dos rebentos do geocentrismo tardio, valha a analogia.

⁹A expressão “conflito armado estruturalmente assimétrico” é muito infeliz, reforçando esse outro impensado conceito em voga nas Relações Internacionais e nos *War Studies* que é o de guerras ou conflitos assimétricos. O que há são potenciais assimétricos à partida, mas como qualquer potencial têm de se revelar enquanto poder, o mesmo é dizer, dependem do resultado da sua aplicação nos pontos concretos. Mesmo postulando potenciais perfeitamente simétricos de base, estes acabam por atingir resultados sempre diferentes, assimétricos no confronto.

Em suma, não há guerras estruturalmente assimétricas porque todas as guerras são assimétricas, sobrando o conceito por ocioso. As guerras são fenómenos não-lineares, complexos, marcados pela incerteza, a fricção, o atrito, resumindo, pelo jogo de probabilidades e acaso, e só por fortuna uma guerra se desenrola conforme o planeado, *by the book*, tal como parece ter acontecido na 1.ª Guerra do Golfo com o lado da coligação, daí a singularidade daquela guerra.

¹⁰Na postura ética formulada desta maneira, ressoa o sintagma ético de Paul Ricoeur, no qual nos inspirámos: viver bem – visada de uma vida boa –, com e pelos outros, no seio de instituições justas. Ver Ricoeur (1990).

¹¹Até em Hegel a guerra era uma situação passageira (e o cadinho da violência nunca em si fundador), uma possibilidade de paz por via da luta pelo reconhecimento externo de cada um dos Estados, enquanto realização no mundo do espírito objetivo.

¹²Estamos a pensar em dois notáveis artigos de opinião saídos este ano, da autoria de Viriato Soromenho-Marques e de António Guerreiro, respetivamente no *Diário de Notícias*, a 15 de junho de 2016, e no *Público*, a 22 de julho de 2016. Para uma reflexão de maior fôlego veja-se ainda o excelente ensaio de Bertho (2016). Atente-se ainda ao ensaio, que continua muito atual, de Enzensberger (2008).

Referências Bibliográficas

Bertho, A., 2016. *Les Enfants du Chaos: Essai sur les Temps des Martyrs*. Paris: La Découverte

Enzensberger, H. M., 2008. *Os Homens do Terror: Ensaio sobre o Perdedor Radical*. Lisboa: Sextante.

Fernandes, A. H., 2014. A Estratégia Integral e a Guerra Subversiva. Em: L. M. Barroso e L. F. Escorrega (coord.), *Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, pp. 196-217

Fernandes, A. H., 2010. Estratégia, Guerra e Terrorismo: a Inexistência de um Vínculo Topológico. *Nação e Defesa*, n.º 126, pp. 245-259.

Guerreiro, A., 2016. A Islamização da Revolta. *Público* [online], 22 de julho às 09:57. Disponível em <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/a-islamizacao-da-revolta-1738739>.

Poirier, L., 1992. Stratégie Intégrale et Guerre Limitée. *Stratégique*, n.º 54, pp. 29-70.

Poirier, L., 1991. Penser Stratégiquement. *Stratégique*, n.º 49, pp.13-46.

Reis, B. C., 2016. Terrorismo Transnacional e a Ameaça ao Flanco Sul da NATO: o caso do Daesh, *Nação e Defesa*, n.º 143, pp. 43-58.

Ricoeur, P., 1990. Ethique et Morale. *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XLVI, fasc. I, Janeiro-Março, pp. 5-17.Braga.

Soromenho-Marques, V., 2016. O Terror como Trip Narcisista. *Diário de Notícias* [online], 15 de junho às 12:30. Disponível em <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/viriato-soromenho-marques/interior/o-terror-como-trip-narcisista-5228938.html>.

Walzer, M., 2004. *Arguing About War*. New Haven: Yale University Press, pp. 54-58.
Nação e Defesa, n.º 143, pp. 43-58.

TERRORISMO: COMO O DEFINIR?

Bruno Cardoso Reis

Instituto da Defesa Nacional, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O professor António Horta Fernandes prestou-me o grande cumprimento de considerar dignas de discussão as minhas ideias a respeito de um tema tão importante e controverso como é o caso do terrorismo. É com prazer que retribuo o cumprimento, procurando entender o melhor possível as suas reflexões, até por ser esta resposta um pretexto para procurar clarificar as minhas reflexões e aprofundar o debate sobre o terrorismo, um tema relativamente ao qual abundam considerações avulsas, mas faltam análises mais aprofundadas.

Dito isto, é, no entanto, importante deixar claro desde já que me parece difícil chegar a acordo quanto a este conceito. Desde logo porque Horta Fernandes analisa a questão com base numa abordagem normativa, mais de pendor moralista, que não é a que me interessa adotar. Nomeadamente a ideia de que o terrorismo é o mal, para citar o autor, é de louvar pela clareza, mas não me parece adiantar muito à análise da questão, e quase por definição leva a fechá-la. Significaria também adotar uma postura necessariamente muito subjetiva ao tema. Pois é a violência com a qual não concordamos a priori que tende a ser classificada como maligna. Que o terrorismo é ilegal, que frequente e necessariamente viola as leis da guerra, ninguém contesta, mas este aspeto, que aliás incluo na minha definição, interessa-me sobretudo para perceber por que é assim. É assim porque como também refiro na minha definição sendo uma forma de violência política estruturalmente

assimétrica, por definição entre atores políticos com poder e força armada muito desiguais, isso obriga o lado mais fraco a recorrer a ataques surpresa e muitas vezes a alvos dito “moles” o que significa, muitas vezes alvos civis. Que isso é em princípio condenável parece evidente, mas que é lógico do ponto de vista estratégico parece-me crucial para o seu entendimento. É explicar e analisar que me interessa, não condenar.

Um bom exemplo de como esta ânsia de condenar interfere no esforço de analisar é o facto de Horta Fernandes sublinhar que a ser verdade que o terrorismo é a abordagem estrategicamente apropriada para os fracos enfrentarem os fortes isso significaria que os terroristas estariam assim a confessar que têm apoio minoritário, e portanto não representam realmente a maioria da população, como eles reclamam, e seriam vulgares criminosos ou invulgares apenas por acreditarem numa dogmática pré-política. Ora se Horta Fernandes tivesse em conta os escritos dos grupos terroristas desde há mais de um século, facilmente concluiria que força e apoio voluntário da maioria da população não são necessariamente a mesma coisa. A esmagadora maioria da força pode estar do lado de um Estado repressor ou invasor. Por regra, historicamente os grupos de terrorismo afirmam-se precisamente e orgulhosamente como uma vanguarda esclarecida e revolucionária, que entende melhor a realidade e os interesses da maioria e/ou os defende com mais coragem

do que a opinião pública prevalente, dominada por correntes conservadoras e mais ou menos abertamente repressoras.

É, no entanto, relevante o ponto suscitado por Horta Fernandes no sentido de apontar que o terrorismo ser contraproducente como forma de conquistar a população – numa lógica de insurreição, como guerra no meio das massas e não numa qualquer frente convencional bem definida – por atacar alvos civis. Ora esta é uma visão angélica que vários autores clássicos no tratamento destes temas, inclusive francófonos que o autor parece apreciar, não partilham. A coerção, o terror pode ser uma forma de conquista da população, sobretudo se levar ao reconhecimento generalizado da superioridade da vontade e da eficácia dos insurretos. O problema do raro triunfo do terrorismo tem sobretudo a ver com o facto de este surgir associado geralmente aos grupos mais fracos envolvidos na violência política, que apenas conseguem recorrer a este instrumento de luta armada, e raramente têm um enraizamento minimamente significativo na sociedade em questão. Portanto, mesmo que em muitos casos concretos o terrorismo se revele contraproducente, não é assim apenas por usar a violência, mas por ser considerado ineficaz e defender ideologias e projetos de Estados inaceitáveis para a maioria das populações em causa.

É igualmente reveladora desta limitação de uma abordagem marcada por uma forte rejeição normativa e moralista, a ideia de Horta Fernandes que os grupos terroristas não são verdadeiramente atores políticos mas sim prisioneiros de uma dogmática primitiva. Ora um grupo que disputa pela força não só o poder, mas também pela propaganda, a legitimidade do Estado, é necessariamente político, por mais dogmático que seja, e por mais primitivas que nos pareçam as suas crenças. Muitos dos grupos pioneiros do terrorismo com propaganda pela ação violenta

visando derrubar o poder constituído são, aliás, grupos com uma forte dogmática religiosa, mas nem por isso menos política, como os ditos Sicários na Judeia antiga ou os ditos Assassinos no Médio Oriente medieval. Por outro lado, a levarmos a peito esta espécie de moralismo racionalista de Horta Fernandes, o que seria da política – e da definição de guerra do mesmo autor – antes do Iluminismo do século XVIII triunfar? E deixo ao critério do leitor decidir quando, e onde, e se, triunfou inteiramente. O segundo problema fundamental com a abordagem de Horta Fernandes é que, para parafrasear o conselho do Senador Arthur Vanderberg a Dean Acheson a respeito de como vender a Guerra Fria ao povo norte-americano, parece querer “tornar a realidade mais clara do que a verdade”, caindo numa espécie de nominalismo moralista, como se dar a designação absolutamente correta às coisas fosse a solução para todos os problemas e uma ambição realista. Não creio que, sobretudo relativamente a um conceito necessariamente contestável pela sua complexidade e carácter politicamente carregado, como é o caso do terrorismo, isso seja possível. O máximo que se pode ambicionar é, como procurei fazer brevemente no início do meu texto que deu origem ao presente debate, identificar os principais e mais pertinentes pontos de contacto entre as diversas definições atuais para fazer avançar a análise que se pretende fazer. A minha abordagem é, para usar a terminologia anglo-saxónica, question-oriented e não, como no caso de Horta Fernandes, concept/method-oriented. É o facto de Horta Fernandes levar esta última abordagem – que parece por vezes de um nominalismo elevado – a uma espécie de um absolutismo, um culto da perfeição conceptual, que impede um maior acordo, mesmo quando partilhamos algumas das suas preocupações ou reservas. O autor – note-se de passagem – usa por várias vezes

no texto o adjetivo anglo-saxónico como uma espécie de argumento no sentido de rejeitar liminarmente certas ideias, ora, e estou certo que Horta Fernandes concordará, um autor ser identificado como anglo-saxónico ou gaulês ou judeu é irrelevante para a valia das suas ideias. É um atalho que percebo na ânsia de sintetizar, mas que creio ser infeliz na sua repetição. Um bom exemplo de pontos de vista partilhados mas numa abordagem distinta é a ideia de que a par da radicalização do Islão jihadista, assistimos também a uma islamização do radicalismo na Europa. Os voluntários portugueses a combater ao lado do Daesh, são exemplares desta tendência, pois são todos eles convertidos ao Islão.

Tal como Horta Fernandes refere também tenho algumas reservas quanto ao conceito de guerra híbrida, mas sobretudo no que diz respeito à sua novidade. Considero que muito dos conflitos ditos convencionais, são na verdade em algum grau híbridos, ou seja a par de um confronto de forças armadas convencionais de estados, tem também uma componente relevante de tipo não convencional ou irregular. Um exemplo clássico disso são as campanhas peninsulares das Guerras Napoleónicas, em que a par de um exército anglo-luso relativamente reduzido, as forças francesas enfrentaram uma ampla insurreição armada de revoltosos entre a população em Portugal e em Espanha, sem a qual é impossível perceber a evolução da mesma.

Já não me convencem os argumentos de Horta Fernandes relativamente à falta de validade do conceito de guerra assimétrica. É verdade que não há duas forças armadas ou dois Estados ou duas guerras exatamente iguais, simétricas nesse sentido. Mas esse critério é por isso manifestamente absurdo. Só quando esse grau de assimetria é substancial, só quando se enfrentam dois tipos de atores – estatais e não-estatais – e dois tipos de forças essencial-

mente diferentes – regulares e contra regulares – faz sentido usar o conceito. E faz sentido porque que daí resulta, uma dinâmica de conflito fundamentalmente distinta do das guerras convencionais. Mesmo que haja aspetos como o da ação psicológica, ou seja da importância da propaganda, que estão mais ou menos presentes em guerras convencionais e não-convencionais. O problema fundamental com a abordagem de Horta Fernandes é que parece resumir-se ao argumento tradicionalista de que uma guerra é uma guerra, e nada lhe deve ser acrescentado para não contaminar a sua pureza conceptual. Mas isso impedir-nos-ia de ter em conta evoluções e distinções importantes, como a realidade de que o Daesh possa ser um proto-Estado revolucionário, que é mais do que um grupo terrorista normal, mas que usa o terrorismo como uma das suas opções armadas de eleição. E que é o carácter extremo do seu radicalismo violento, mesmo no quadro do jihadismo, que ajuda a explicar o seu apelo no curto prazo, mas torna difícil a sua durabilidade e consolidação, mas que também permite pensar que na forma atual ou transformada, ou inclusive recuperado pela Al-Qaeda de onde emergiu como ala radical, possa voltar a afirmar-se essencialmente pela via do terrorismo. Horta Fernandes parece muito preocupado com a ideia de que o terrorismo possa ser uma forma de guerra psicológica, mas as suas objeções deixam em aberto onde colocar o terrorismo como forma específica de violência política, fundamentalmente distinta da vulgar violência criminosa a qual não visa derrubar a ordem existente. Não obstante, creio que estaremos ambos de acordo que o terrorismo é demasiado importante para não ser devidamente compreendido e analisado.
